



ESPECIAL: FÓRUM SOCIAL TEMÁTICO E RIO+20

EDITORIAL

Perspectivas do FBOMS para o Fórum Social Temático e Rio+20

Um mundo sustentável é possível e necessário! Esse foi um dos motes, há 10 anos, que grupos e redes utilizaram para chamar a atenção sobre os enormes desafios para se promover a transição para sociedades sustentáveis. O alerta de 2002 reforçava o que uma década antes o FBOMS havia registrado na sua plataforma para a Rio-92: “jamais em toda a história da civilização, a humanidade se defrontou com desafios de igual magnitude como os que hoje se apresentam”

Lamentavelmente, apesar de esforços de diferentes grupos da sociedade civil e ou de alguns governos, persistem razões que causam pobreza, desigualdade, degradação ambiental, desmonte de garantias sociais e direitos trabalhistas, falta de saneamento e de acesso a água, mudanças climáticas etc. e que afetam as condições de bem estar, justiça e dignidade de vida de bilhões de pessoas. As análises de 1992 do Fórum de ONGs e Movimentos Sociais apontam, ainda na atualidade, o que está subjacente às causas estruturais dessas situações: “o modelo de desenvolvimento hoje praticado na maior parte do mundo apóia-se sobre o pressuposto fundamental de que a natureza é um objeto a ser dominado, apropriado, transformado, comercializado, consumido e, finalmente, descartado”.

Em nosso país são fortes as forças que, em nome de pretensos progressos econômico, buscam contrapor a conservação e a sustentabilidade ambiental aos objetivos de combate à pobreza e redução de desigualdades, valendo-se, a título de exemplo, da alteração do Código Florestal e flexibilização da legislação ambiental para ampliar a sua irresponsável conduta com o patrimônio natural e cultural.

É necessário incidir sobre políticas públicas e processos econômicos predominantes a fim de se promover a urgente e justa transição para padrões ambientalmente sustentáveis, social e culturalmente inclusivos, fundados nos valores da democracia e de direitos humanos. É preciso valorizar iniciativas que emergem da sociedade civil, cada vez mais organizada em associações, alianças, movimentos sociais e redes, e que compõem tessitura complexa, mas fundamental para a transição da política e da economia.

Em seus 21 anos, o FBOMS tem servido de espaço para debates, para articular propostas e ações, eventualmente atomizadas ou fragmentadas, e para o estabelecimento de novas alianças para a rápida construção de um mundo sustentável.

Frente a esses desafios, por um lado, e tendo em vista as oportunidades atuais, seja pela crise global ou pelo início de novas administrações governamentais no Brasil, integrantes do FBOMS, durante o XX Encontro Nacional, reafirmaram seus propósitos de fazer como suas ferramentas o diálogo, a mobilização, a denúncia, e, sobretudo a própria experiência nas últimas décadas nos territórios em que atuam, com a finalidade de ampliar as vozes e rostos engajados no enfrentamento desses desafios. Resolveram considerar a Rio+20 e o Fórum Social Mundial temático como momentos oportunos de se dar visibilidade às perspectivas e obter maior sinergia às iniciativas de organizações não governamentais e movimentos sociais.

FBOMS SE PREPARA PARA A RIO+20

O FBOMS durante o FSM Temático discute e propõe atividades auto-gestionáveis conforme recomendações de seu último XXº Encontro Nacional de junho de 2011 para tratar de temas como:

Os processos da Rio+20; O novo Marco Regulatório da sociedade civil; Em defesa do Código Florestal; Construção da governança; Sustentabilidade e o modelo de desenvolvimento nacional e internacional; Sustentabilidade e convivência nos territórios como Biomas e Meio Urbano. **Veja mais na página 2.**



XXº Encontro Nacional FBOMS – Brasília jun/2011

FBOMS NA LUTA EM DEFESA DAS FLORESTAS



Foto: Site da Folha de São Paulo

Manifestação de entrega das assinaturas

O projeto de lei que altera e descaracteriza o Código Florestal Brasileiro foi aprovado, sob protestos, em novembro de 2011 no Senado Federal. Agora encontra-se na Câmara dos Deputados, e, se aprovado seguirá para a Presidenta Dilma, - que fez do veto à proposta uma de suas promessas de campanha. Confira os textos da luta popular contra o projeto. **Veja mais na página 3.**

FBOMS ENGAJADO NUMA PROPOSTA DE NOVO MARCO REGULATÓRIO



Foto: Aldira Soares

Reunião da Plataforma com Ministro Gilberto Carvalho

O decreto de dezembro que suspendeu os desembolsos de convênios prejudicou e continua a prejudicar muitas entidades é reflexo da insegurança jurídica existente e, para superar tal insegurança a sociedade civil está presente no GT da Secretaria Geral da Presidência da República onde o FBOMS é representado pelo ISA.

Principais temas tratados: como superar o instrumento de convenio e propor contratos assegurando transparência, equidade, publicidade; como definir uma política de estado e não de governo, para fortalecimento das OSCs, criando incentivos inclusive fiscais, reduzindo carga tributária e previdenciária incidente; como qualificar e certificar melhor as entidades; de urgência: eliminar necessidade de contrapartida; reconhecer gastos salariais e trabalhistas das entidades; melhorar o entendimento sobre gastos administrativo. **Veja mais na página 5.**

ESPERAM-SE ADESÕES, SUGESTÕES E IDEIAS INOVADORAS PARA DAR CONTA DESTA ENCOMENDA! Acesse: www.plataformaosc.org.br

CONSUMO E RESÍDUOS

Urgente rever os atuais padrões de produção e consumo para uma sociedade sustentável!

Os direitos do consumidor merecem ser avaliados no início de um ano.

Ações sugeridas pelo IDEC que promovem o desenvolvimento sustentável, se não forem vinculadas a um projeto consistente de mudança radical nos atuais padrões de produção e consumo, os resultados podem ser desastrosos como mostra a matéria. **Veja mais na página 3.**

MAPA DO RESISTÊNCIA:

- Pág. 2: XX Encontro Nacional do FBOMS
- Pág. 2: Olhares das juventudes para a Rio+20
- Pág. 5: Cúpula dos Povos
- Pág. 8: Fundo Amazônia: desafios e perspectivas
- Pág. 8: 6º Fórum Mundial da Água



FBOMS SE PREPARA PARA A RIO+20 / XX Encontro Nacional do FBOMS



XXº Encontro Nacional FBOMS – Brasília jun/2011

No XX Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS, realizado em Brasília (junho/2011), foram debatidos temas que orientam agora os trabalhos do FBOMS, dentre os quais os processos da Rio+20, do novo Marco Regulatório da sociedade civil, da defesa do Código Florestal e, sobretudo, dos desafios da transição para uma sociedade de baixo carbono, bem como, para a construção da governança e da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento nacional e internacional. Foram assumidos compromissos para a reorganização interna, atualização da situação dos GTs e Colegiados e a realização de uma Assembléia Extraordinária durante a Rio+20.

Nesse XXº EN, o FBOMS celebrou-se os 21 anos de atividades! Tem pautado sua atuação na articulação e no apoio a participação da sociedade civil, atuando no campo do fortalecimento da democracia, da justiça socioambiental, dos direitos humanos, dos direitos dos consumidores, da conservação e preservação ambiental, da educação ambiental e popular, da erradicação da pobreza, da governança e efetividade de políticas públicas, com vistas a construir o desenvolvimento sustentável, local, nacional e global.

Mantem sua estrutura e forma democrática e participativa de trabalhar, consolidando-se em seu papel de interlocução com atores sociais nacionais e internacionais, governamentais ou não, mas importantes para o processo de construção da cidadania e sustentabilidade planetária.

Foi eleita nova coordenação colegiada dessa aliança de entidades e movimentos sociais da sociedade brasileira, ficando a Coordenação Nacional para o período 2011-2013, composta pelas seguintes entidades:

- Associação Alternativa Terrazul
- Associação Cultural Caminho de Vida - COMVIDA
- Associação Potiguar Amigos da Natureza - ASPOAN
- Fundação Grupo Esquel Brasil - FGEB
- Grupo de Trabalho Amazônico – GTA
- Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais
- Vitae Civilis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.

Olhares das juventudes sobre a Rio+20

Thiago Alexandre Moraes (thiago.maf@gmail.com)
Elo do CJ-Caipira e da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA)
Coordenação do GT Juventude do FBOMS

Nos dias 17 e 18 de Outubro de 2011, ocorreu, no espaço Sala Girassol, em São Paulo, a reunião “Olhares das Juventudes sobre a Rio+20”. Produto de um amplo processo de reflexão e planejamento, encampado e fortalecido pelo GT de Juventudes do FBOMS, este encontro reuniu mais de 30 jovens de diversos locais do país e distintas realidades políticas para discutir e compartilhar planos entre as juventudes, rumo à Rio+20. Estiveram presentes representantes de diversas redes de juventude e/ou educação ambiental, redes de comunicação e jovens comunicadores, organizações não governamentais, centrais de trabalhadores, além do presidente do Conselho Nacional de Juventude.



Reunião “Olhares das juventudes sobre a Rio+20”
GT Juventude

Este encontro foi marcado pela partilha de informações e relatos a respeito dos vários processos e iniciativas em construção no cenário global e foi de muito planejamento de ações e processos. Comunicação, formação e formulação política, mobilização e estrutura logística – foram os principais eixos estratégicos apontados neste espaço.

Através da participação organizada em momentos de relevância para as juventudes (como o Fórum Social Temático) e do fomento a coletivos locais descentralizados, as juventudes do FBOMS pretendem contribuir com a ampliação das articulações para a Rio+20, com especial atenção ao cenário nacional, mas de olho no que acontece fora do país.

As juventudes presentes se mostraram claras em suas críticas à economia verde – grande marco da ressignificação do capital – e à governança internacional. Foi rechaçado o discurso que dedica ao mercado e ao sistema capitalista às soluções para as grandes crises civilizatórias globais – **Não à mercantilização da vida!**

Os movimentos sociais devem sim se dedicar a compreender a agenda oficial, mas nunca se reduzindo a ela. Ao contrário, devem elaborar suas agendas, diante de suas realidades – pautados pela significância local. E nessa direção, a construção de Belo Monte, o desmonte do Código Florestal e a mercantilização da água aparecem como pautas importantes.

A Rio+20, embora seja importante se encerrará no dia 23 de Junho. A luta popular continuará! Portanto, é crucial explorar esse momento para ampliação da organização popular. Organizar e fomentar a os coletivos locais, descentralizados, em todo mundo, dispostos a refletir coletiva e criticamente os modelos de desenvolvimento e os rumos da civilização, deve ser tarefa central neste período que se inicia.

Dia 22 de Abril é o Dia da Terra, consagrado em todo mundo. Que este seja um dia de demonstrações globais da capacidade de mobilização e ação, nas ruas, das juventudes populares - articuladas e convergentes em torno de um só objetivo: **A transformação da sociedade e seus sistemas!**

Educação Ambiental e Agenda 21 na perspectiva da Rio+20

Pedro Aranha / Doroty Martos (GT Educação Ambiental e Agenda 21 do FBOMS)

Durante o XXº Encontro Nacional do FBOMS em junho de 2011, aconteceu a fusão dos GTs de Educação Ambiental e da Agenda 21 no sentido de fortalecer e facilitar a articulação de OSCs e Movimentos Sociais para se utilizando tais alicerces como processos e instrumentos necessários para a democracia e a sustentabilidade.

Sabe-se que a mobilização dos Atores Sociais passa, em primeiro lugar, pelos princípios e valores que alimentam suas ações. Porque o ser humano investe naquilo que acredita. No contexto da mobilização planetária que vem ocorrendo rumo à Rio+20 e depois, educadoras e educadores buscam aprofundar e dar visibilidade aos princípios e valores que orientam suas ações e que, no momento atual da história do planeta e da humanidade adquirem importância vital.

Uma afirmação muito significativa nos vem da Universidade de Hiroshima-Japão: “Sem a educação ambiental, as leis não vingam e a tecnologia fica sem ter quem a desenvolva”, diz o professor Atsushi Asakura. Esta afirmação traz à tona a importância de educar líderes, educadores, legisladores, tecnólogos e planejadores para fazer frente aos desafios que as questões socioambientais atuais colocam para a humanidade.

Sabe-se que a mobilização dos Atores Sociais passa, em primeiro lugar, pelos princípios e valores que alimentam suas ações. Porque o ser humano investe naquilo que acredita. No contexto da mobilização planetária que vem ocorrendo rumo à Rio+20 e depois, educadoras e educadores buscam aprofundar e dar visibilidade aos princípios e valores que orientam suas ações e que, no momento atual da história do planeta e da humanidade adquirem importância vital.

Uma afirmação muito significativa nos vem da Universidade de Hiroshima-Japão: “Sem a educação ambiental, as leis não vingam e a tecnologia fica sem ter quem a desenvolva”, diz o professor Atsushi Asakura. Esta afirmação traz à tona a importância de educar líderes, educadores, legisladores, tecnólogos e planejadores para fazer frente aos desafios que as questões socioambientais atuais colocam para a humanidade.

Os tempos em que o meio ambiente era assunto de especialistas e a educação ambiental reduto de escolas já estão ultrapassados. A educação ambiental, no sentido mais amplo que o termo foi adquirindo, é toda educação que tem como referencia o ambiente como um todo, entendido como “comunidade dos seres vivos” conforme indica a Carta da Terra. É a educação que aponta para vida sustentável em todos os espaços e que se pode transformar em *espaços educadores*. O pano de fundo de toda educação em qualquer de suas modalidades é, então, a sustentabilidade entendida não como um horizonte que parece cada dia mais inacessível, mas como prática cotidiana de princípios e valores que se refletem em nossas ações diárias.

Nesta mesma direção, a Agenda 21 tem sido um importante instrumento de gestão e educação socioambiental, fomentando a organização e participação popular, bem como, promovendo estratégias de criação e fortalecimento de políticas públicas.

O fato da Agenda 21 não estar contemplada nos “temas oficiais” da Rio+20, não descarta a importância de dialogar sobre ela – e seus desdobramentos – durante a Conferência, em especial, nas atividades relacionadas à Cúpula dos Povos. Processos de consulta à sociedade civil, através de grupos, redes, coletivos e comitês estaduais pró Rio+20, tem demonstrado que a sociedade quer ter a Agenda 21 na pauta dos diálogos e nas negociações setoriais e planetárias.

Temas oficiais - contemplados pela ONU na Conferência - como governança local, economia verde e combate a pobreza e às desigualdades, têm como grande aliado, as Agendas 21 Locais e estas podem se transformar em estratégias para se alcançar, de fato, o que se espera de resultados práticos dos temas acima mencionados.

O Tratado Internacional de Educação Ambiental deve ser implementado em nível local, tendo os atores da Agenda 21 – recomendação do capítulo 36 - como apoiadores, fomentadores e aglutinadores para que sua efetiva ação possa se produzir no cotidiano.

É essencial que a Agenda 21, Nacional ou Local, seja sempre trabalhada em conjunto com a Carta da Terra e com a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Portanto, recomenda-se que, durante a Rio +20 sejam feitas reflexões para a Agenda 21 Brasileira e de Agendas Locais sobre como promover uma avaliação, dos pontos de vista técnico, social, institucional e político, do atual estágio da implementação das ações definidas em 2002; destinar recursos baseados em uma porcentagem no PIB do Brasil para implementar as ações da Agenda 21 e articular as instituições federais de fomento ao desenvolvimento, como CEF, BNDES, Banco do Brasil, entre outros, para o apoio às iniciativas e programas; utilizar a Agenda 21 como processo e instrumento para a erradicação da pobreza por meio de desenvolvimento local, integrado e sustentável e para o fortalecimento das instâncias locais; dentre outras.

Considera-se importante visualizar algumas reflexões expressas na “Carta dos Educadores e Educadoras rumo à Rio+20 por um Mundo Feliz” que se encontra no site www.tratadoeducacaoambiental.net, fruto de um coletivo que já vem sendo socializada em vários países do planeta e que, no âmbito da 2ª Jornada de Educação para Sociedades Sustentáveis, considera-se adequado partilhar.



'Novo' Código Florestal: Dilma cumprirá compromisso de veto?

O projeto aprovado na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado em dezembro do ano passado é muito bom, para quem desmatou. Concretamente a proposta cria facilidades para quem descumpriu a velha Lei. Assim, o novo código florestal apresenta dispositivos que contrariam compromissos assumidos ao longo das eleições de 2010 pela Presidenta Dilma Rousseff de vetar retrocessos na lei florestal. Vejamos.

O projeto reduz em até 80% a recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APP) nas margens de rios em todo Brasil, inclusive (mas não apenas) de rios com até 10 metros de largura. Essa medida afetará todos os tributários de grandes rios brasileiros de forma difusa e cujos impactos não podem ser medidos. Nas bacias hidrográficas mais críticas (situadas no centro-sul) do País serão comprometidos no médio prazo o abastecimento humano, de indústrias, a produção de energia e a própria agropecuária (que consome cerca de 70% de toda água disponível no País).

A manutenção da data de julho de 2008 como teto para consolidação de atividades agropecuárias ilegais em APP contraria frontalmente a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605 de 1998) que as trata como crime nos artigos 38, 39 e 48. São pelo menos 10 anos de anistia explícita, contrariando inclusive a Constituição Federal de 1988.

De acordo com o PL 30/2011 a carcinocultura (criatórios de camarão em mangues) poderá ocupar parte dos manguezais (35% dos apicuns na região da Mata Atlântica e 10% no Bioma Amazônia). Além disso, criatórios de camarão que ocuparam tais áreas até julho de

2008 serão consolidadas, o que significa mais anistia beneficiando um setor que afrontou a legalidade nos últimos anos notadamente no nordeste.

Por fim, o texto altera significativamente a metodologia de mensuração de topos de morro, outra categoria de APP, reduzindo-a em até 90% em comparação com o que hoje é protegido podendo causar mais desmatamentos.

Com tudo o que foi exposto até aqui, o PL 30 de 2011 fere frontalmente os limites estabelecidos pela Presidente Dilma em seu compromisso eleitoral. Isso porque o referido Projeto de Lei estimulará mais desmatamentos, reduzirá área de preservação permanente, e anistiará crimes ambientais.

Agrava o risco do Projeto ao ser votado na Câmara perder as poucas salvaguardas aprovadas no Senado. Indicativo disso é que o deputado Paulo Piau, membro assíduo da bancada ruralista, (pasmem!) foi indicado pelo PMDB (leia-se governo) o relator do projeto no seu retorno à Câmara. Restará então à Presidente Dilma o ônus do veto aos retrocessos. Há quem diga que o Vice Presidente Michel Temer é quem sancionará o novo código florestal. Seria ingenuidade acreditar que a Presidente cumprirá seu compromisso?

André Lima é advogado, mestre em gestão e política ambiental pela UnB, membro do Conselho Nacional de Meio Ambiente, assessor de políticas públicas do IPAM e consultor jurídico da Fundação SOS Mata Atlântica.

Falta de controle no comércio internacional de amianto

Para suprir a necessidade de instrumentos e informações que garantam aos países importadores identificarem os riscos de substâncias químicas importadas e tomarem medidas de controle necessárias para proteger a saúde da população e o meio ambiente, a Convenção de Roterdã, da qual o Brasil é uma parte, estabelece o "Procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC) para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas" no qual as substâncias perigosas são listadas e rotuladas.

O amianto crisotila, embora seja uma substância química tóxica que mata mais de 100.000 pessoas por ano em todo o mundo, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (www.who.int/mediacentre/factsheets/fs343/en/index.html), não está listado no PIC.

O governo brasileiro posicionou o Brasil entre as nações que não querem listar o amianto no PIC optando por atender os interesses privados que pressionam pelo total descontrole do comércio internacional de amianto, ao invés de honrar o seu dever primordial de proteger a saúde dos cidadãos e o meio ambiente.

Em 2011, a ABREA, Associação Brasileira de Expostos ao Amianto, junto com várias ONGs internacionais presentes à última reunião da Convenção em Genebra, Suíça, retribuíram a posição covarde do governo brasileiro dando-lhe o prêmio *Cancer Culprits* (Prêmio aos Culpados de Causarem Câncer). Veja mais sobre o prêmio em www.cancerculpits.org/?page_id=10

Por Zuleica Nycz (Toxisphera – Associação de Saúde Ambiental)

É urgente rever os atuais padrões de produção e consumo para garantir uma sociedade mais sustentável

Um Ano Novo é época para um balanço das conquistas e das dificuldades e prepara o espírito para novas metas. Direitos do consumidor também merecem tal avaliação. 2011 foi de bastante trabalho. Como sempre, os problemas dos consumidores adquirem mais facetas, mas os setores mais reclamados continuam sendo: bancos e telecomunicações como os campeões merecendo destaque o setor de produtos no último ano. As lutas dos consumidores se acumulam e se diversificam ao longo dos anos e é crescente o envolvimento do movimento com o consumo sustentável.

O IDEC participou de consultas relativas ao desenvolvimento sustentável enviando suas contribuições aos: Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS); Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); e na Conferência Rio+20, que apontam para diversas ações relacionadas a educação para a sustentabilidade, reafirmação do direito do consumidor à informação que lhe permita atuar de forma mais responsável.

Caso as ações sugeridas por meio de consultas que promovam o desenvolvimento sustentável forem desvinculadas de um projeto consistente de mudança radical nos atuais padrões de produção e consumo, os resultados não serão os esperados.

Este é mais um ano para lutar por mudanças e respeito: consumo sustentável, crédito responsável, qualidade de produtos e serviços, participação social na regulação, garantir que a reforma do Código de Defesa do Consumidor siga sua linha principiológica, sua estrutura e tenha plena eficácia. Hoje não basta mais exigir o respeito a si mesmo, mas exigir o fim de práticas abusivas padronizadas para todos. É preciso mobilização. Esse processo depende do envolvimento e sensibilidade da cidadania, para perceber que, por meio de representantes legítimos e sérios nos Poderes Público e Judiciário e às empresas, grandes metas são alcançadas. Conhecer o trabalho da sociedade civil organizada e participar é fundamental e isso só é possível com participação social.

Equipe do IDEC www.idec.org.br

FBOMS NA LUTA EM DEFESA DAS FLORESTAS CONTRA AS MUDANÇAS NO CÓDIGO FLORESTAL

Pedro Ivo Batista / Sílvia Alcântara Picchioni (Representantes do FBOMS na Coordenação Nacional do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável)

O ano de 2011 foi marcado por uma intensa mobilização da sociedade civil em defesa das florestas brasileiras e contra o PLC 30/2011 aprovado na Câmara e depois modificado no Senado, sem, no entanto, representar avanços em relação à proteção das florestas e a benefícios para as comunidades que vivem e trabalham nessas áreas.

O FBOMS participou ativamente desta luta, através do **Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável** (www.comiteflorestas.org.br), onde compõe sua Coordenação Nacional. Nos estados estimulou a participação de suas entidades filiadas nas coordenações estaduais a integrarem esses espaços de articulação e luta socioambiental, além de apoiar a rede **Floresta Faz a Diferença** (www.florestafazadiferenca.org.br) que, junto com o **Comitê Brasil**, tem coordenado essa importante batalha em defesa das florestas, das comunidades locais, da agricultura familiar sustentável, da legislação ambiental brasileira e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), já que o PL diminui, além das outras mazelas nas florestas, as atribuições do CONAMA e do IBAMA.

1 MILHÃO E MEIO DE ASSINATURAS PELAS FLORESTAS

O Comitê Brasil conta com mais de 160 organizações da sociedade, como a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), órgão vinculado a CNBB, que é a Secretária Executiva do Comitê; a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); a ABRAMPA (Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente); a Via Campesina, a Fetraf (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), o SOS Florestas, rede que aglutina várias entidades ambientalistas, parte delas integrantes do GT Floresta do FBOMS; a CUT (Central Única dos Trabalhadores); o Fórum dos Ex-Ministros do Meio Ambiente; o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); a ABI (Associação Brasileira de Imprensa); Amazônia para Sempre e o próprio FBOMS, entre outros.

Essa ampla composição de forças foi responsável pelo sucesso da campanha do abaixo-assinado em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, lançado em junho de 2011, em Brasília, no lançamento do Comitê por sugestão da Ex-Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

A coleta de assinaturas coordenada pelo Comitê e pela rede Floresta Faz a Diferença, juntou-se a outras iniciativas de *abaixo-assinado on line*, como a do Avaaz Brasil e chegou-se a impressionante soma de **1 milhão e meio de assinaturas!** Se esse inquestionável apelo popular não foi suficiente para reverter a situação no Senado, foi, por outro lado, fundamental para adiar a votação do PL no Congresso Nacional, derrotando a proposta dos ruralistas e de setores do governo de virar o ano com um péssimo e novo código florestal.



Artistas, camponeses, militantes socioambientais, estudantes, religiosos e parlamentares estiveram na entrega e protocolo das assinaturas em audiência com o Ministro Gilberto Carvalho em nov de 2011



Manifestação de entrega das assinaturas

Agora é a hora e a vez do VETA DILMA!

O PL aprovado no Senado voltará a Câmara ainda nesse primeiro semestre de 2012. As entidades do Comitê não têm expectativa que a maioria dos Deputados melhore ou corrija o projeto. Agora a mobilização e as esperanças se dirigem para a Presidenta Dilma Rousseff que, para cumprir os compromissos assumidos na campanha eleitoral, deve vetar as partes destrutivas da Lei. Essa é a aposta do FBOMS e será uma das lutas centrais desse primeiro semestre.

Além do mito das barragens como “energia limpa”

Brent Millikan, International Rivers

Atualmente, existe uma tendência de aceleração da construção de grandes barragens para projetos hidrelétricos, especialmente nos chamados países em desenvolvimento da América Latina, sudeste da Ásia e África. No Brasil, a polêmica usina de Belo Monte é apenas a ponta do iceberg na Amazônia, principal frente de expansão da indústria barrageira, onde o governo Dilma pretende promover a construção de mais de sessenta grandes barragens (UHEs) e mais de 170 hidrelétricas menores (PCHs) nos próximos anos.

O forte viés pela construção de novas hidrelétricas na região amazônica, em detrimento de outras opções de investimento, como a eficiência energética (na geração, transmissão e usos industriais, comerciais e domésticos de energia elétrica) e fontes renováveis (eólica, solar, biomassa) reflete a persistência do planejamento centralizado dentro do Ministério de Minas e Energia, como demonstra a falta de nomeação de representantes da sociedade civil e da universidade brasileira no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), contrariando o Decreto no. 5.793 de 29 de 2006. Além disso, reflete a proximidade - ou, como dizem alguns, as “relações promíscuas” - entre o setor elétrico do governo comandado pelo grupo Sarney do PMDB, e grandes empreiteiras que se classificam entre os primeiros lugares do “ranking” de grandes doadores para campanhas eleitorais da base governista.

Uma tendência crescente é a caracterização de UHE por seus protagonistas como fonte de “energia limpa” para mitigar mudanças climáticas globais e estimular o chamado “crescimento econômico sustentado”. Tais tentativas de “esverdeamento” de hidrelétricas ignoram uma série de graves conseqüências sociais e ambientais. O represamento de rios, especialmente nos trópicos de baixa altitude, interrompe fluxos ambientais como inundações sazonais das zonas úmidas, provocando perdas significativas de habitats e da biodiversidade (incluindo espécies endêmicas e ameaçadas). As conseqüências da construção de barragens para populações indígenas e outras comunidades locais tem incluído o deslocamento compulsório, a intensificação de conflitos pela terra, a perda de recursos pesqueiros, a perda de agricultura de várzea, diminuição da qualidade e quantidade da água, aumentos de doenças de veiculação hídrica, tais como a malária, a poluição por mercúrio, a interrupção do transporte de pequenas embarcações, a desintegração das comunidades e a perda de sítios de insubstituível valor cultural, religioso e histórico.

Em contraste com a propaganda de hidrelétricas como “energia limpa”, as barragens nos trópicos tipicamente envolvem significativas emissões de metano e CO₂ a partir de reservatórios e vertedouros, enquanto o desmatamento e as queimadas - associados à migração e especulação de terras estimulada pela construção de barragens - contribuem ainda mais para a sua ‘pegada de carbono’.

Horizontes na luta pelo direito à cidade

No entra e sai de governos, as cidades brasileiras vivem uma constante. A concentração de renda avança e se materializa em bolhas imobiliárias e favelas, os preconceitos e desigualdades são perpetuados por políticas públicas e a falta de transparência e participação popular na gestão pública é a regra. Os problemas sociais se agravam e são tratados muitas vezes pelo poder público como “obstáculos” a serem escondidos dos turistas, retirados das áreas nobres das cidades, criando ambientes herméticos e irreais destinados às elites brasileiras.

É neste cenário que em 2011 ganham força as lutas pela função social da propriedade e pelo direito ao espaço público nas cidades. Na resistência das ocupações urbanas e de populações tradicionais, a luta pelo direito à moradia e à religiosidade (por exemplo, a Ocupação Dandara em Belo Horizonte e o Santuário dos Pajés em Brasília). Na criação de redes como a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e o Comitê Popular da Copa, a luta pelo controle social dos projetos de desenvolvimento e dos recursos públicos. Nas acampadas, a ocupação do espaço urbano como ferramenta de mobilização nos mostra uma nova possibilidade de uso do lugar público. A população brasileira cria espaços de dissonância.

Nas cidades, os pleitos individuais são também coletivos. Sustentabilidade, liberdade de expressão, segurança pública, saúde coletiva e educação pública de qualidade são projetos que só podem dar certo se pensados para as cidades em sua totalidade: reconhecendo as desigualdades para então combatê-las.

Texto de Iara Souza Vicente (Fundação Grupo Esquel Brasil) - iara@esquel.org.br

A ASA e a convivência harmônica com o ambiente do Semi-Árido Brasileiro

A Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), ao longo dos seus 11 anos de atuação, lança um novo olhar sobre o Semiárido, evidenciando a produtividade local e a alegria do povo sertanejo, ao invés da imagem de um lugar seco e inóspito, como fico estigmatizado por tantos anos. Isso traz à tona o contraponto entre o modelo adotado historicamente pelo governo, baseado no combate à seca, e a proposta de desenvolvimento sustentável para região - a convivência com o Semiárido - gerando uma mudança política, social, cultural e ambiental.

A proposta de convivência com o Semiárido assumida pela ASA tem como valores a agroecologia, a soberania e a segurança alimentar; a universalização do abastecimento da água; o acesso à terra, ao crédito e aos canais de comercialização; e a articulação entre o conhecimento popular e científico-tecnológico.

A garantia do acesso à água para o consumo humano na região foi o ponto de partida do trabalho da ASA, através do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido. Esse programa abriga tecnologias sociais populares de captação e armazenamento de água para consumo humano e para produção de alimentos, por meio do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), respectivamente.

A dimensão do trabalho da ASA é, reconhecidamente, algo inédito no Brasil e tem servido de referência não apenas nacionalmente, como também para outros lugares do mundo, demonstrando para a sociedade civil e, em especial, para governos, como é possível executar uma política pública de forma bem sucedida.

O Semiárido em números:

- São quase **500 mil** cisternas de placas, sendo 370 mil construídas pelo P1MC;
- O equivalente a **5.760.000m³** de água descentralizada (capacidade potencial);
- Mais de **1.700.000** pessoas que tem autonomia para gerir sua própria água;
- Quase **12 mil** tecnologias de captação de água para produção de alimentos;
- **Mais de mil** experiências exitosas de convivência com o Semiárido identificadas e sistematizadas;

Texto de Naidison Quintella Baptista - www.asabrasil.org.br

A lógica de maximização do lucro na indústria de barragens tem sido associada à capacidade de seus protagonistas de essencialmente *privatizar* rios (apesar do seu status legal como bens públicos) e externalizar custos sociais e ambientais. A tripla aliança da indústria barrageira, conforme descrito acima, tem conseguido empregar táticas como a subordinação de agências governamentais responsáveis pelo licenciamento ambiental, a falta de processos de consulta livre, prévia e informada junto os povos indígenas (contrariando o artigo 231 da Constituição Federal e acordos internacionais, como a Convenção 169 da OIT) e a intervenção no judiciário para inviabilizar ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público e entidades da sociedade civil sobre graves violações dos direitos humanos e da legislação ambiental.

Outro grande atrativo econômico para a indústria de barragens tem sido os mega-empréstimos subsidiados do BNDES, assim como a facilidade de acesso a fundos de pensão de estatais - Petros, FUNCEF e Previ - e outros incentivos creditícios e fiscais. Nesse contexto, destaca-se a ausência, por parte do BNDES e outros financiadores, de prioridades estratégicas e salvaguardas socio-ambientais capazes de evitar o financiamento de projetos como Belo Monte, associadas a mecanismos de transparência e responsabilização perante a sociedade.

A caracterização de hidrelétricas como “energia limpa”, reforçada através de campanhas publicitárias caríssimas, tem, uma dupla finalidade: por um lado, facilitar o acesso a créditos de carbono e outros incentivos econômicos, e por outro, confundir a opinião pública, como contraponto às críticas sobre conseqüências sociais e ambientais de barragens destrutivas, incluindo violações dos direitos humanos, com insinuações sobre a falta de legitimidade de movimentos de atingidos e outros.

Nos preparativos para a Rio +20, houve praticamente nenhuma discussão sobre a pegada social e ambiental dos projetos de barragens existentes e as possíveis implicações de uma onda sem precedentes de construção de barragens em todo o mundo. Ademais, a caracterização de barragens como “energia limpa” para uma economia verde que parece fazer parte de uma tendência para “soluções de mercado” definido pelos interesses dos principais atores do setor privado, onde a relevância dos direitos humanos, políticas públicas e das instituições democráticas tem sido cada vez mais menosprezada.

Sem dúvida, reverter esse quadro e democratizar o debate sobre barragens e a política energética, sob uma ótica de justiça ambiental e da convicção de que outro modelo de desenvolvimento que ainda é possível, merece destaque na atuação da sociedade civil na Rio +20.

Sustentabilidade nos biomas e territórios

A proposta do workshop “Sustentabilidade e convivência digna nos biomas e territórios: desafios da transição para a economia e política” é discutir e elaborar propostas para o desenvolvimento sustentável tendo como base o princípio da convivência entre grupos humanos de forma decente, justa e sustentável - nos biomas e nos territórios urbanos.

A partir deste princípio, pretende-se caminhar para a elaboração de um modelo de convivência, buscando apreender do compartilhamento de lições aprendidas e da análise de desafios e perspectivas o que fazer, o que evitar, e em que inovar.

O público alvo do workshop são os participantes das redes de articulação da sociedade civil, como ASA (Articulação do Semi-Árido), GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), Rede Cerrado, Rede Mata Atlântica, além de movimentos urbanos como o Nossa Brasília e Nossa São Paulo. O intuito é fazer não apenas uma troca de experiências em redes já fortalecidas, mas também compartilhar experiência para formação e fortalecimento e a criação de novas redes.

O workshop acontecerá nos dias 25.01 (manhã) e 27.01 (dia inteiro), em Porto Alegre.

Políticas Socioambientais: Tapando o sol com a peneira

O ano de 2011 foi marcado por retrocessos nas políticas socioambientais. A aprovação do projeto de lei que altera o Código Florestal, o enfraquecimento do processo de licenciamento ambiental de mega empreendimentos e o claro esforço por parte do governo em construir a Hidrelétrica de Belo Monte são alguns exemplos.

O trato com a questão climática é um dos casos mais preocupantes: a recorrência de eventos extremos já trazem sérios impactos para as populações das cidades e para a biodiversidade brasileira. No setor produtivo os prejuízos também se acumulam, principalmente no setor agrícola e na geração de hidroenergia. As metas brasileiras para redução de emissões de carbono, no entanto, estão cada vez mais distantes de seu cumprimento - tanto por causa das iniciativas irresponsáveis do poder legislativo e executivo, quanto pela falta de políticas socioambientais competentes.

No entanto, as mesmas casas que aprovaram o projeto que descaracteriza a legislação ambiental aprovou o Plano Plurianual 2012 - 2015. Dentro deste plano, a questão climática recebeu pela primeira vez programa específico - o Programa Temático Mudanças Climáticas (PPA Clima), contendo 19 iniciativas, 14 metas e 6 objetivos.

Segundo os dados do Ipea, a proposta de Novo Código Florestal aprovada permitirá o desmatamento de 220 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa - área equivalente a do Estado do Paraná. Esta derrubada emitiria em torno de 17 bilhões e 28 bilhões de toneladas de dióxido de carbono. O primeiro passo para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas seria evitar novas derrubadas. Além de uma legislação coerente, mecanismos de controle social e políticas públicas para que a legislação seja cumprida. Sendo assim, esta iniciativa surge para mitigar não os impactos socioambientais, mas a repercussão midiática causada pelas ações institucionais anteriores.

Texto de Iara Souza Vicente (Fundação Grupo Esquel Brasil) - iara@esquel.org.br com informações do site Vitae Civilis (www.vitae civilis.org.br)

Marco regulatório das OSC

Por *Silvio Santana (Fundação Grupo Esquel Brasil)*

O Marco Regulatório tornou-se nos últimos anos, essencial para a sobrevivência e funcionamento das OSCs (Organizações da Sociedade Civil. Ao perceber esta situação, a Fundação Grupo Esquel Brasil (FGEB) em meados de 2007, conseguiu viabilizar, com o apoio de parceiros visionários, um projeto que tem como objetivo principal fortalecer as OSCs por meio da construção coletiva e participativa de um novo marco regulatório adequado, que incentive e favoreça a inserção das entidades nos processos de construção da democracia e do desenvolvimento sustentável do país.

Na execução do projeto, por ocasião das eleições presidenciais, surgiu um novo e importante ator político: Plataforma aos Presidenciais para a Construção do Novo Marco Regulatório para as OSC (plataformaosc.org.br), que contempla as principais reivindicações das entidades para atender à sua diversidade e de forma articulada na construção deste Marco Regulatório.

Foi constituído, em março de 2011 numa assembléia dos signatários desta Plataforma um Comitê Facilitador que, em conjunto com o Projeto da FGEB, promoveram, de maio a julho, uma série de debates e seminários em fóruns locais, regionais (ou nacionais) que visavam oferecer condições de diálogo entre as entidades sobre as questões de regulação. Desse processo de consulta que envolveu diretamente mais de 600 pessoas e 260 entidades, foram levantados problemas e situações vivenciadas pelas OSCs bem como a visão destas sobre o Marco Regulatório atual e suas proposições de mudanças. Este inventário aborda uma ampla gama de questões legais e infralegais nos temas de (consultar site www.forummarcoregulatorio.org.br):

- Acesso a Recursos
- Tributação
- Gestão
- Burocracia
- Questões trabalhistas
- Auto-regulação
- Participação

Durante o XXº Encontro Nacional do FBOMS em junho de 2011, Brasília, foi deliberado que o Marco Regulatório, é um dos temas que devem nortear os trabalhos para o próximo biênio, agregando-se ainda os processos da Rio+20 e, sobretudo, dos desafios para a transição para a construção da governança e da sustentabilidade das políticas e ações de desenvolvimento nacional.

Como parte da demanda da Plataforma, a Presidente Dilma Roussef constituiu (final de 2011) um Grupo de Trabalho dentro da Secretaria Geral da Presidência da República composto por representantes da Sociedade Civil e Governo.

Para o ano de 2012 tem-se como desafio elaborar e negociar as propostas de alteração da legislação vigente, advindas desse processo em curso, visando o fortalecimento das organizações, bem como, a melhoria da relação com o estado e a imagem das organizações na sociedade brasileira como um todo. O combate à corrupção é ponto de destaque para esta Plataforma e as entidades signatárias.

É imprescindível a participação e colaboração de mais OSCs nesse movimento da Plataforma para que as propostas a serem apresentadas consigam abarcar o maior número de situações e problemas possíveis e vivenciados atualmente.

Cúpula dos Povos

Entre 15 e 23 de junho deste ano, ocorrerá no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, a **Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental**. A sociedade civil global, organizações, coletivos e movimentos sociais ocuparão o Aterro para propor uma nova forma de se viver no planeta, em solidariedade, contra a mercantilização da natureza e em defesa dos bens comuns.

A Cúpula dos Povos ocorrerá de forma paralela à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A reunião oficial marca os vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92 ou Eco 92). Nestas duas décadas, a falta de ações para superar a injustiça social ambiental tem frustrado expectativas e descredenciado a ONU.

Para enfrentar os desafios dessa crise sistêmica, a Cúpula dos Povos não será apenas um grande evento. Trata-se de um processo de acúmulos históricos e convergências das lutas locais, regionais e globais, que tem como marco político a luta anticapitalista, classista, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbica.

A Cúpula dos Povos quer, assim, transformar o momento da Rio+20 numa oportunidade para tratar dos graves problemas enfrentados pela humanidade e demonstrar a força política dos povos organizados.

Como será a Cúpula

O espaço do Aterro do Flamengo será organizado em grupos de discussão autogestionados, na Assembleia Permanente dos Povos e num espaço para organizações e movimentos sociais exporem, praticarem e dialogarem com a sociedade sobre suas experiências e projetos.

A ideia é que a Assembleia Permanente dos Povos, o principal fórum político da Cúpula, se organize em torno de três eixos e debata as causas estruturais da atual crise civilizatória, sem fragmentá-la em crises específicas – energética, financeira, ambiental, alimentar.

O território da Cúpula dos Povos será organizado de forma livre da presença corporativa e com base na economia solidária, agroecologia, em culturas digitais, ações de comunidades indígenas e quilombolas.

Para acompanhar a Cúpula dos Povos e saber mais sobre sua programação, acesse o site www.rio2012.org.br

Este texto foi produzido com base no Informe do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, que pode ser lido na íntegra em <http://cupuladospovos.org.br/2012/01/cupula-dos-povos-entre-15-e-23-de-junho-em-defesa-dos-bens-comuns/>

O que é a Rio+20

É a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, que acontecerá entre 20 e 22 de Junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro. Proposta pelo ex-presidente Lula em 2007 na ONU, em sua aprovação em dezembro de 2009 foi definido seu objetivos: assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável e abordar os novos desafios emergentes.

A resolução ONU 64/2036 de 24/12/2009 convoca a Rio+20 e indica, entre outras coisas, seus objetivos, temas e resultados esperados. Ao fazer isso, deixa claro que será uma reunião de caráter político, no mais alto nível possível, visando renovar o comprometimento das lideranças mundiais com o desenvolvimento sustentável. Ao fazer isso, indica como caminho a realização de um balanço cotejando os compromissos assumidos nos acordos anteriores frente aos resultados (e falhas) até o momento, somados ao enfoque sobre desafios novos e emergentes. O encaminhamento de soluções para os problemas assim identificados é proposto pelo enfoque em dois temas: a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável, e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, ou seja a governança.

Ocorrerão durante o PrepCom 3 e durante a Conferência diversos eventos paralelos, vários deles no espaço da conferência oficial. Por isso, há prazos e condições a serem observados. Em geral, esses eventos paralelos cobrem temas que fazem parte da Conferência oficial, e podem ser organizados por ONGs, universidades, instituições financeiras internacionais, governos ou órgãos da ONU.

Entre o PrepCom 3 e a Rio+20, nos dias 16 a 19 de Junho, ocorrerão outros eventos organizados pela ONU, pelo governo brasileiro e pela sociedade civil.

As inscrições para participar da Rio+20 estão abertas até 20 de Maio de 2012 para organizações que têm status consultivo junto ao ECOSOC ou que foram credenciados para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em 2002 (WSSD2002), e podem ser feitas pela internet. Organizações que ainda não estão credenciadas junto às Nações Unidas e desejam participar Rio +20 terão uma oportunidade única de credenciamento até 20 de Fevereiro, e o credenciamento pode ser feito pela internet.

O FBOMS definirá em breve um conjunto de iniciativas de seus grupos de trabalho e membros, que serão realizados na Cúpula dos Povos, entre os dias 12 e 22 de junho. Em breve tais informações estarão disponíveis em www.fboms.org.br

Fonte: Vitae Civilis

Participação de ONGs e movimentos sociais

Inúmeras organizações da sociedade civil e movimentos sociais estão desenvolvendo atividades realizadas à Rio+20, e existem alguns espaços coletivos abertos a participação de todos os interessados.

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, formado por dezenas de coletivos e redes de ONGs e movimentos sociais trabalhando com os mais diversos temas e causas, está organizando a Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, evento plural da sociedade civil que ocorrerá paralelamente à Rio+20 e permitirá a realização de atividades autogestionárias.

Mais informações: www.cupuladospovos.org.br ou www.rio2012.org.br

Diversos comitês e grupos estaduais também estão em atividade, e novos devem ser formados ao longo do ano: GT Rio de Janeiro do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 (www.fboms.org.br)

- Comitê Catarinense para a Rio+20
- Comitê Cearense para a Rio+20
- Comitê Paulista para a Rio+20
- Comitê Pernambucano para a Rio+20
- Comitê Rondoniense para a Rio+20
- Comitê Sul-Matrossense para a Rio+20

O FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, aliança criada em 1990 para articular e mobilizar a sociedade para o desenvolvimento sustentável a partir da realização da Rio-92 também realizará atividades durante a Rio+20, com o apoio de seus grupos de trabalho. Entre as atividades, debates sobre desafios da convivência digna e sustentabilidade nos diversos biomas e territórios, governança, educação, mudanças de clima, empregos verdes e decentes, redução das desigualdades e erradicação da pobreza, justiça e direitos. O FBOMS teve papel protagonista para a criação do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20. Mais informações entre no site (www.fboms.org.br)

Fonte: Vitae Civilis

Radar Rio+20

O ISA – Instituto Socioambiental, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Vitae Civilis disponibilizaram recentemente uma publicação, em formato digital e impresso, com informações sobre a Rio+20, seus temas, e as anteriores conferências da ONU. Destinada sobretudo a profissionais de comunicação e imprensa, para ajudar na cobertura da Rio+20, pode também ser muito útil para grupos da sociedade civil. Conheça a publicação do projeto Radar Rio+20 em www.radarrio20.org.br



Rio+ 20: mobilização e articulação

Por Rubens Harry Born (rubens@vitaecivilis.org.br)

No Brasil e em outros países, desde o início da preparação da Rio+20, no PrepCom 1 (maio de 2010), tem crescido a atenção e a mobilização de grupos da sociedade civil. O engajamento em processos autônomos ou nas etapas oficiais preparatórias da ONU e dos governos não é feito de forma ingênua: sabe-se que precisamos alterar o sistema predominante de produção e consumo, o que requererá mudanças nas políticas, na cultura, nas tecnologias, nos valores, por um lado, e que sempre haverá aquelas propostas que buscam ganhar eficiência ambiental e benefícios sociais mas sem transformar “o modelo de desenvolvimento hoje praticado na maior parte do mundo que se apóia sobre o pressuposto fundamental de que a natureza é um objeto a ser dominado, apropriado, transformado, comercializado, consumido e, finalmente, descartado” (conforme manifesto do FBOMS para a Rio-92).

Sim, há riscos de que governos se mantenham na superficialidade dos problemas e das soluções fáceis, de que se enfatize o papel de empresas na salvação da economia e da sociedade mediante a adoção de tecnologias menos impactantes ao meio ambiente. Mas não é só o esverdeamento de propaganda (Green washing): temos que ir além de pequenos projetos, focalizados e pontuais, por vezes de pequena escala, alguns facilmente replicáveis, como soluções seja em reciclagem de resíduos, de uso de energia renovável, recuperação de áreas degradadas, etc. Esses são necessários, mas por si só não serão suficientes para mudar o modelo de desenvolvimento. Antes da Rio-92 dizia-se “pensar globalmente e agir localmente” e com isso se considerava legal o que era pequeno (small is beautiful). Agora devemos ir além.

Os 6R - A estratégia de transformação do modelo de desenvolvimento requer combinar medidas e ações de reparação (de injustiça e degradação), bem como reordenação, ruptura e reconstrução de meios, tecnologias, critérios decisórios e arranjos institucionais, fazendo-se também a devida requalificação (educação para a cultura da sustentabilidade) das instituições e das pessoas, além da resistência às tentativas de perpetuação de um modelo degradante.

Para ter significado global e futuro, a Rio+20 deve lidar com os dilemas da dignidade da vida, no seu cotidiano, compreendidos em diferentes contextos e localidades

do mundo. Em uma era de redes sociais e amplas possibilidades de comunicação, a sociedade poderá valer-se de ações locais e das praças públicas no Rio de Janeiro ou em qualquer outro vilarejo para dizer seu “basta”; reafirmar que precisamos “ir além das promessas”, que queremos ampliar o alcance e ter o respaldo de políticas públicas para as milhares iniciativas que comunidades, ONGs, sindicatos, universidades engendraram nessas últimas décadas para conciliar a conservação ambiental, a geração de renda e a inclusão social. Precisamos de ampla concertação social, de irmos além de nossa diversidade e criar os mecanismos de governança adequados, nas várias esferas, para zelar pela Vida e controlar a “economia e a política”. Precisamos de soluções reais e locais vinculadas a transformações sistêmicas globais.

Objetivos, razões e ações para o desenvolvimento sustentável já foram apontados nas anteriores conferências da ONU e, no caso do Brasil, nas conferências nacionais, na Agenda 21 brasileira, nos planos diretores participativos, etc. Precisamos de metas mensuráveis e ainda nos faltam, sobretudo, os meios de fomentar política e financeiramente tais ações, de avaliar continuamente seus impactos e de acelerar a justa transição para novos padrões de consumo e produção.

No campo das iniciativas da sociedade civil, a Cúpula dos Povos e outros importantes eventos antes e durante a Rio+20 deveriam inspirar a articulação, a mobilização, a organização de iniciativas, em curso ou que venham a ser deflagradas, para a necessária, urgente e justa transição para sociedades sustentáveis. Fundamental também fomentar a solidariedade e a identificação de potenciais sinergias nesse diverso campo para ir além das ações já realizadas. Não partiremos do zero. Há um grande número de iniciativas que emergem da sociedade e que mobilizam grupos variados em torno de princípios da sustentabilidade socioambiental, da democracia e da cidadania. É preciso iluminar tais experiências, alavancá-las com políticas e instrumentos adequados, ganhar escala, e paralelamente fazer a transição daquelas atividades econômicas, institutos e tecnologias incompatíveis com sociedades sustentáveis.

(síntese de texto disponível em www.vitaecivilis.org.br)

Versão inicial de documento da ONU para a Rio+20 recebe críticas da sociedade civil

SOBRE O ZERO DRAFT: OPORTUNIDADES E LIMITES DO PROCESSO OFICIAL NA RIO+20

Considerações iniciais sobre o “rascunho zero” do que a ONU acordará na Rio+20

Aron Belinky (Instituto Vitae Civilis)

Divulgado dia 10 de janeiro de 2012, “O futuro que queremos” é um documento de 19 páginas, elaborado pelo secretariado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Trata-se do “rascunho inicial” (ou *zero draft*) da declaração que será produzida como resultado do processo oficial dessa conferência, em 22 de Junho de 2012. É uma peça de grande importância, que focalizará as negociações nos próximos meses e que, após aprovada, deverá se tornar – para bem ou mal – uma referência global para as políticas e práticas de sustentabilidade nos próximos anos.

Elaborado com base em mais de 6.000 páginas de sugestões recebidas nas consultas prévias e submetido ao processo de negociação consensual da ONU (que tende a tornar ambíguos e agudados os acordos finalmente fechados) esse documento tem evidentes limitações, mas nem por isso deixa de ser importante como pauta de trabalho, como sinalizador político e como alavanca para demandas da sociedade civil.

Em outras palavras, esse documento jamais será um compromisso tão radical e urgente quanto as mudanças que necessitamos para construir uma sociedade equitativa e sustentável, evitando o colapso socioambiental de nossa civilização. Mas, por outro lado, é inadmissível que sirva como instrumento para perpetuar o status quo e postergar importantes medidas que podem e devem ser adotadas imediatamente.

O documento apresentado, assim, precisa ser calibrado para tornar-se uma ferramenta politicamente viável no âmbito da ONU e, ao mesmo tempo, capaz de induzir mudanças e alterar relações de poder. Dessa perspectiva, analisamos o *zero draft* não pelo que gostaríamos que fosse, mas pelo potencial que apresenta como instrumento para avanço nessa luta. Temos em mãos um documento com algumas falhas e omissões sérias, mas que pode gerar bons resultados, desde que devidamente ajustado, com a proteção de seus aspectos positivos e a exploração cuidadosa de seu potencial.

A sociedade civil brasileira e internacional tem nos próximos meses a importante missão – e a singular oportunidade – de influir decisivamente nos resultados da Rio+20, tanto no processo oficial como fora dele.

Por um lado, podemos propor mudanças no “Futuro que Queremos”, e pressionar para que os governos as adotem. Por outro, devemos nos articular e manifestar autonomamente nossas visões e reivindicações que – por definição – vão muito mais longe e mais fundo que as cabíveis numa negociação oficial ou mercantil.

A sociedade civil organizada tem a grande vantagem de poder atuar tanto dentro como fora do processo oficial: podemos cobrar transformações profundas e radicais, sem com isso deixarmos de participar das negociações e definições formais, junto com governos e outros atores sociais. O mundo é muito mais que a soma dos países.

É hora de ousar e de propor. De acreditar que o futuro que queremos está presente, agora.

Leia o texto na íntegra em www.vitaecivilis.org.br

RASCUNHO ZERO: MUITOS EQUÍVOCOS E POUCOS ACERTOS

Iara Pietricovsky, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

Embora cite com frequência a palavra “sustentável”, o rascunho do documento da ONU para a Rio+20 é ineficiente porque não questiona o padrão vigente de produção e de consumo capitalista. O texto e sua estrutura revelam uma tentativa de estimular práticas menos danosas para o meio ambiente dentro do modelo econômico hoje vigente. Mas não questiona o caráter insustentável desse mesmo sistema de desenvolvimento.

De fato, no Preâmbulo, o documento persiste no conceito de crescimento econômico, que em si é contraditório com a idéia de sustentabilidade ambiental e com a alteração profunda do padrão de produção e consumo. Esse padrão vigente só é mencionado nos itens 26 e 107 da publicação [“Reconhecemos que uma economia verde no contexto de desenvolvimento sustentável (...) deve promover padrões de produção e consumo sustentáveis” e “Propomos que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possam incluir padrões de consumo e produção”]. Em todo o resto, afirmam-se compromisso com medidas paliativas: eficiência energética, reciclagem etc. As inovações produtivas “verdes” sugeridas ali são baseadas num comércio transcontinental e em “empregos verdes”, e não numa forma complementar de produção mais local, que não precisa atravessar o planeta, a baixo custo, mas sim baseadas na exploração do trabalho ou mesmo da escravidão humana e da depredação ambiental.

Há contradições: ao mesmo tempo em que se reafirma os acordos passados, que propunham o enfrentamento do modelo econômico capitalista atual e convocavam a humanidade para mudar sua forma de existir a partir de uma série de princípios universais de direitos humanos, que, se realizados, seriam revolucionários, há uma grande ênfase no setor privado. Em outras palavras: esse documento simboliza certa submissão dos Estados nacionais ao capital do setor privado, movimento iniciado justamente a partir dos Objetivos do Milênio, no início dos anos 2000, quando a ONU se dobrou ao poder do capital e passou a atuar a partir de diretrizes ditadas pelos interesses dos países mais ricos e das instituições do sistema financeiro e do comércio mundial.

O setor privado ainda é tratado no mesmo grupo das organizações não-governamentais (ONGs), comunidades indígenas, mulheres etc., nos chamados *Major Groups* – o que considero um grande equívoco. São organizações de naturezas diferentes, com demandas e poderes diferentes de definir os rumos da história da humanidade, e deveriam ser tratados separadamente. As ONGs do campo da cidadania ativa e movimentos sociais não têm relação com o setor corporativo e empresarial. Não defendemos as mesmas posições. Assim, somos diluídos no conceito abrangente de sociedade civil, o que não é correto.

O documento rasteja na retórica, no reducionismo e no esvaziamento dos conteúdos antes firmados a parcas expressões declaratórias.

Leia a entrevista completa em www.inesc.org.br

O FBOMS E A CARTA DA TERRA

O que é a Carta da Terra?

A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação.

A Carta da Terra se preocupa com a transição para maneiras sustentáveis de vida e desenvolvimento humano sustentável. Integridade ecológica é um tema maior. Entretanto, a Carta da Terra reconhece que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis. Consequentemente oferece um novo marco, inclusivo e integralmente ético para guiar a transição para um futuro sustentável.

A Carta da Terra é resultado de uma década de diálogo intercultural, em torno de objetivos comuns e valores compartilhados. O projeto da Carta da Terra começou como uma iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil. Em 2000 a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou o documento como a carta dos povos.

A redação da Carta da Terra envolveu o mais inclusivo e participativo processo associado à criação de uma declaração internacional. Esse processo é a fonte básica de sua legitimidade como um marco de guia ético. A legitimidade do documento foi fortalecida pela adesão de mais de 4.500 organizações, incluindo vários organismos governamentais e organizações internacionais.

À luz desta legitimidade, um crescente número de juristas internacionais reconhece que a Carta da Terra está adquirindo um status de lei branca ("soft law"). Leis brancas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos são consideradas como moralmente, mas não juridicamente obrigatórias para os Governos de Estado, que aceitam subscrevê-las e adotá-las, e muitas vezes servem de base para o desenvolvimento de uma lei *stritu senso* (hard law).

Frente Durban e Rio+20: não aos mecanismos de mercado como solução para o enfrentamento da crise ambiental e climática

Por Grupo Carta de Belém*

Apesar dos sucessivos fracassos em relação às soluções de mercado propostas nos últimos quase 20 anos das negociações da UNFCCC, alguns governos, entre eles o Brasil, continuam insistindo em promover esses mecanismos dentro do marco regulatório de clima para solução da crise climática, bem como rumo a economia verde proposta para ser discutida na Rio+20, em junho deste ano de 2012.

O objetivo da Convenção de Clima, de acordo com seu documento de criação em 1992, é "a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático". Este objetivo não conseguiu nem de perto ser atendido, ao contrário, o único instrumento jurídico vinculante, o Protocolo de Kyoto, ao invés de atender ao objetivo da Convenção, foi criado para institucionalizar o mercado de carbono no âmbito das Nações Unidas e no interior dos países signatários. A criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – dentro dos mecanismos de flexibilidade presentes em Kyoto – e sua implementação nos países em desenvolvimento vêm aumentando os impactos locais negativos onde os projetos são instalados, ampliando situações de injustiça ambiental e de violações dos direitos humanos e não contribuem efetivamente para a redução de emissões.

Assim, os grandes beneficiários da crise climática e das políticas aprovadas no âmbito multilateral são as grandes corporações e o sistema financeiro internacional, que vem se renovando por meio dos instrumentos criados pela Convenção, como no caso do Banco Mundial que ganhou novo fôlego nos últimos anos com o tema climático e, mais atualmente, ao ser escolhido como tesoureiro do Fundo Verde de Clima da UNFCCC, mesmo com a oposição de vários países e da sociedade civil internacional.

Atualmente, após a criação do mecanismo de REDD+ na COP 16, o mercado de carbono se consolida como principal aposta para propostas em curso de financiamento para REDD+. Rechaçamos o REDD+ como mecanismo de mercado de carbono que sirva também para compensar as emissões de gases dos países desenvolvidos e entendemos que o mecanismo de REDD+ é uma falsa solução à crise climática e vai contra a necessidade dos países do Norte de reduzir suas emissões e assumirem suas responsabilidades e dívidas históricas com os países e povos do Sul.

Enquanto o Brasil pretende se mostrar para o mundo como um grande exemplo de transição para a economia verde, no âmbito doméstico vêm-se processos que demonstram exatamente o contrário do discurso apresentado. Por um lado, vemos o desmonte da legislação ambiental nacional, com a flexibilização do Código Florestal, com o PL 195/2011 sobre REDD+ e o PL 792/2007 de contratos de pagamentos por serviços ambientais, propostas que ultrapassam o modelo de incentivos promovidos por políticas públicas para a comercialização da biodiversidade e dos bens comuns, bem como fortalecem o mercado de carbono a nível nacional. Por outro, está em curso um processo de carbonização da economia, com o aumento das emissões decorrentes do setor energético em função da ampliação da participação de termelétricas na matriz nacional e da exploração do pré-sal que triplicará a produção de petróleo e gás nos próximos dez anos.

Por estes e outros motivos, vimos com muita preocupação que várias políticas e legislações estejam sendo pensadas para serem aprovadas até a Rio+20, em junho de 2012, e isso sem um debate com a sociedade brasileira, ou grande parte dela. A construção de um marco legal neste sentido poderá gerar um fato consumado e impossibilitar qualquer barganha nas negociações internacionais de clima e inviabilizar iniciativa futura de proteção da soberania nacional do Estado e de seus povos aos territórios, bem como de políticas que enfrentem de fato a crise climática por fora do mercado.

* *Organizações que assinam o documento:* ABA; Amigos da Terra Brasil; ANA Amazônia; AS-PTA; CEAPAC/PA; CEPEDES/BA; CIMI; CUT; FAOR; FAMCOS/PA; FASE; FECAF/AM; FETRAF Brasil; FETRAF Sul; FORMAD; Fórum Carajás; Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social; Fundação Rureco; Inst. Equit; Inst. Terramar; Inst. Alternativa Terrazul; INESC; Inst. Mais Democracia; Instituto Quilombista/BA; Jubileu Sul Brasil; Justiça nas Trilhas/MA; MACA; MMC; MMM; MPA; MST; Organização das Associações Comunitárias da Resex Tapajós-Arapuins/PA; RBJA; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; REJUMA; SSTR Xapuri/AC; Terra de Direitos; Via Campesina Brasil.

Neste momento em que é urgentemente necessário mudar a maneira como pensamos e vivemos, a Carta da Terra nos desafia a examinar nossos valores e a escolher um melhor caminho. Alianças internacionais são cada vez mais necessárias, a Carta da Terra nos encoraja a buscar aspectos em comum em meio à nossa diversidade e adotar uma nova ética global, partilhada por um número crescente de pessoas por todo o mundo. Num momento onde educação para o desenvolvimento sustentável tornou-se essencial, a Carta da Terra oferece um instrumento educacional muito valioso.

A difusão da Carta da Terra no Brasil

O FBOMS, juntamente com várias de suas organizações filiadas vem ajudando a divulgar a Carta da Terra no Brasil. A Carta é parte dos valores assumidos pelo Fórum e têm norteado muitas de nossas ações, principalmente as que se relacionam com iniciativas de Agenda 21 e Educação Ambiental. Destacam-se nesse processo as contribuições do Teólogo e Escritor Leonardo Boff e do Educador Moacir Gadoti que publicaram uma infinidade de artigos, textos e livros relacionados com a Carta da Terra. Todavia, apesar dessas contribuições, tanto das organizações da sociedade civil, de intelectuais e ativistas brasileiros e de governos, essa infinidade de ações estão dispersas e pouco organizadas.

Para avançar no processo de difusão e implementação da Carta da Terra no Brasil, bem como, ajudar a fortalecer esse importante instrumento na Rio+20, o FBOMS, juntamente com a Rede Alternativas Internacional, a Associação Alternativa Terrazul, o Instituto Vitae Civilis, a Fundação Grupo Esquel Brasil, O Instituto Democracia e Sustentabilidade, entre outros, estão convocando para o dia 28/01, no período da tarde, o Seminário a Atualidade da Carta da Terra e a Rio+20.

A intenção é avançar no processo de articulação das redes e entidades que atuam com a Carta da Terra no Brasil.

Texto de Pedro Ivo Batista (Alternativa Terrazul) - pedroivo@alternativaterrazul.org.br
(síntese de texto disponível em www.vitae civilis.org.br)

Como ficou o Clima depois de Durban?

Morrow Gaines Campbell III (Instituto Vitae Civilis) - e-mail: gaines@vitae civilis.org.br



Entre as delegações oficiais que deixaram Durban, África do Sul, após as negociações na CoP17¹, reinava um clima de contentamento, um sentimento de conquista e de um trabalho bem feito. Mas, o "clima" que conta não anda de gravata muito menos de avião, ele paira no céu e está doente. Cá na terra, ambientalistas e cientistas, não ficaram convencidos que um iminente desastre global de clima tinha sido evitado.

É certo que as expectativas eram muito baixas no início da conferência, mas o resultado final, incluindo a negociação de um acordo global até 2015 para entrar em vigor em 2020, é tão longe da visão dos países na CoP13 em Bali, 2007 que chega a ser deprimente. O Relatório Stern², o 4º Relatório do IPCC³, o Prêmio Nobel para o Documentário de Al Gore, mais 4 CoPs e 4 anos de negociações ainda não foram suficientes para atacar de frente o maior de todos os desafios - o imenso desvio que existe entre o que os países estão dispostos a fazer em matéria de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e o nível de redução que os cientistas dizem ser necessário para manter o aumento global da temperatura da terra abaixo dos 2°C⁴. Em nenhum momento, desde Bali, houve qualquer indício de uma diminuição destas emissões. Pelo contrário, elas crescem assustadoramente ano após ano.

Canadá, com medo das penalidades por não ter cumprido suas metas de redução de gases de efeito estufa inseridas no Protocolo e ciente das consequências nefastas da sua exploração de petróleo a céu aberto na província de Alberta, já anunciou oficialmente a sua renúncia do Protocolo de Quioto. A Agência Internacional de Energia prevê um assustador aumento de uso de carvão (fonte de emissões de CO₂) para os próximos 4 anos. Uma missão científica Russa descobriu, no Ártico, imensas fontes de metano, um gás de efeito estufa 24 vezes mais potente que o CO₂, jorrando do mar. Eles estimam que centenas de milhões de toneladas de metano podem ser soltas na atmosfera. A ciência exige urgência, a diplomacia é lerdia.

Portanto, qualquer euforia na saída de Durban é retórica diplomática. O "clima" continua muito doente com sinais vitais comprometidos. O prognóstico é sombrio.

¹17ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre clima

²www.direct.gov.uk/en/N11/Newsroom/DG_064854

³Painel Intergovernamental sobre Mudanças de Clima

⁴2°C é o nível máximo de aumento médio da temperatura global que ainda permite a humanidade estabilizar o aquecimento global e ainda reequilibrar os ecossistemas em perigo. Passado este limite o reequilíbrio não será mais possível e enfrentaremos os enormes desafios de adaptação às mudanças de clima.

Onde encontrar mais informações sobre a Rio+20?

Website oficial da conferência em inglês: www.unccd2012.org

Website oficial da conferência em português: www.rio20.info

Facebook oficial da conferência: www.facebook.com/UNRioplus20

Twitter oficial da conferência: www.twitter.com/UN_Rioplus20

Site do Ministério do Meio Ambiente para a Rio+20: <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/>

Site da Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental: <http://cupuladospovos.org.br/>

Publicação "Radar Rio+20 – Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre

Desenvolvimento Sustentável": <http://radarrio20.org.br/index.php?r=site/conteudo&id=17>

Website do FBOMS: www.fboms.org.br

GT Rio de Janeiro do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20

<http://on.fb.me/rio20gtrio>

Comitê Catarinense para a Rio+20 – <http://on.fb.me/rio20comitesc>

Comitê Cearense para a Rio+20 – <http://on.fb.me/rio20comitece>

Comitê Paulista para a Rio+20 – <http://on.fb.me/rio20comitesp> (<http://bit.ly/rio20comitespblog>)

Comitê Pernambucano para a Rio+20 – <http://on.fb.me/rio20comitepe>

Comitê Rondoniense para a Rio+20 – <http://on.fb.me/rio20comitero>

Comitê Sul-Matogrossense para a Rio+20 – <http://on.fb.me/rio20comitemts>

6º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA: Quais as Soluções?

Ocorrerá, entre 12 e 17 de março de 2012, na Cidade de Marseille, França, a sexta edição do Fórum Mundial da Água que tem como tema orientador “Momento para Soluções” (Time for Solutions), sob a presidência do brasileiro, Professor Benedito Braga.

O Fórum inaugural aconteceu em 1997, Marrocos, como consequência de todo o processo internacional ocorrido desde 1977 no sentido de tratar a água não somente como um bem ambiental, mas como bem dotado de valor econômico, o que ficou refletido no Capítulo 18 da Agenda 21, durante a ECO 92.

Como processo preparatório para a Rio 92, a Conferência de Dublin estabeleceu princípios que foram incorporados no referido Capítulo 18 da Agenda 21 e também nas políticas públicas dos países. O Brasil fez isso com a Lei 9433 de 1997 que define a bacia hidrográfica como o espaço para planejamento, a cobrança pelos usos da água, a participação de governos, usuários de água e sociedade civil na gestão compartilhada da água e o papel da mulher em sua gestão.

Seqüencialmente ocorreram edições do fórum respectivamente em Haia, 2000, o 3º Fórum em Quioto, 2003, o 4º Fórum no México, 2006 e o 5º Fórum em Istambul.

Nessas edições anteriores, a consolidação da participação da sociedade civil teve altos e baixos. Por exemplo, no Japão, a sociedade civil, e em especial as ONGs não tiveram o mesmo tratamento que no evento de Haia, em 2000 que, no entender do Instituto Ipanema, foi a edição do Fórum que mais impulso deu ao processo de inclusão da sociedade civil e de outros tomadores de decisão não somente na gestão das águas como também na participação internacional.

Naquele mesmo ano 2000, ocorreu a Cúpula do Milênio das Nações Unidas que definiu as Metas do Milênio e os atores relevantes na governança internacional, repercutindo imediatamente na Conferência de Bonn sobre Água para o Pobre, dezembro de 2001, preparatória para a Cúpula de Joanesburgo, (Rio+10) em 2002.

A partir desse novo processo internacional, respeitadas as competências dos atores estatais na arena internacional, a participação de outros atores não estatais, em especial a sociedade civil e nela as ONGs, vem sendo consolidada.

No caso do Brasil, tem havido uma crescente interlocução entre os atores governamentais, em especial do Itamaraty, no sentido de ter maior participação de representantes da sociedade civil, tanto setor privado como ONGs, academia e entidades científicas nos processos internacionais, todavia com a ressalva que os custos são arcados pelos respectivos segmentos, o que acarreta diretamente o desequilíbrio de participação já que não há fundos nacionais disponíveis para tais atividades. Este é um ponto que se precisa abordar como mais objetividade já que o papel das ONGs e seus Fóruns organizados atuam em defesa dos interesses de estado e não em defesa de seus próprios interesses.

Neste ponto deve-se resgatar a Rio 92, onde a inclusão de atores não estatais passou a ser parte do processo internacional. Dez anos mais tarde, o processo já se colocava mais definido no entendimento de muitos participantes e observadores desses processos internacionais.

O Fórum Mundial da Água em Marseille está no processo preparatório para a Rio+20, que tem entre os temas mais relevantes a **água e a segurança alimentar**.

A sociedade civil se prepara separadamente e também juntos aos governos nacionais. No entanto, as críticas ao formato do Fórum não são escassas. Organizações da sociedade civil de vários países sofrem com a falta de espaço para este setor, junto ao Fórum e nas esferas internacionais. Os organizações da sociedade civil têm um papel chave no âmbito do Fórum, que é a defesa do direito humano à água e ao saneamento.

A Coalizão da Água, rede de ONG que representa as ONGs no Conselho Executivo do Comitê Internacional de Organização do Fórum, reforçou este ponto e pediu uma grande mobilização para o Fórum. Dessa Coalizão fazem parte algumas outras redes não francesas como a Fresh Water Action Network – FAN, e suas diversas redes regionais, entre as quais a Fresh Water Action Network- América do Sul - FANAS que tem no FBOMS uma interlocução e parceria com respeito à militância em temas de interesse comum como direito à água e ao saneamento.

Ainda nesse contexto do 6º Fórum Mundial da Água, a Coalizão da Água (Coalition d'Eau) tem promovido um movimento internacional chamado Efeito Borboleta (Butterfly Effect) no sentido de identificar os trabalhos relevantes feitos localmente e cujos efeitos repercutem globalmente, mostrando o valor da ação local face aos desafios globais.

Está prevista a realização de um Fórum Paralelo, da sociedade civil, que ocorrerá no mesmo momento de evento oficial da Rio+20. Nesse sentido, os membros da sociedade civil do Brasil têm pleiteado junto à Organização do Fórum que haja um momento de amplo diálogo com o Fórum Paralelo visando encontrar caminhos comuns para atingir também interesses maiores.

Ocorrendo tal diálogo, os resultados tanto do Fórum de Marseille como do evento dito paralelo poderão somar e indicar caminhos novos para enfrentar as crises globais que se apresentam em especial da água e de alimento.

Texto de Ninon Machado e Joana Bezerra (Instituto Ipanema/GT Água do FBOMS)

Fundo Clima: muitas perguntas e algumas respostas?

Em dezembro de 2011 o Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, um fundo de natureza contábil, regulamentado pelo Decreto nº 7.343/2010, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos teve oportunidade de apreciar uma avaliação de seu primeiro ano de funcionamento.

Um volume razoável de recursos foi disponibilizado: duzentos milhões de reais para empréstimos e pouco mais de 29 milhões de reais para doações não reembolsáveis, sendo que desses somente 16 milhões por meio de 4 editais públicos. Para esses, setenta propostas, entre as mais de cem inscritas, passaram pela análise técnica e pleiteavam 52 milhões dos dezesseis disponíveis. Mas, em virtude de requisitos institucionais, trâmites administrativos, a maioria dos projetos sequer havia passado para a fase de contratos e liberação dos recursos.

Pela legislação do Fundo, os recursos públicos do FNMC devem ser aplicados em apoio financeiro reembolsável mediante concessão de empréstimo, por intermédio do agente operador (BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); e em apoio financeiro, não reembolsável, a projetos relativos à mitigação da mudança do clima ou à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos, aprovados pelo seu Comitê Gestor, formado por representantes do Poder Executivo federal, de estados e municípios e de setores da sociedade.

O Plano Nacional de Mudança de Clima e seus planos setoriais são instrumentos para balizar as decisões de alocação de recursos do Fundo. Mas, no final de 2011, o governo não havia concluído diversos planos setoriais que indicam as metas de redução do aumento das emissões de gases de efeito estufa em atividades da siderurgia, de gestão e combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado, entre outros. Disponível somente o plano setorial para agricultura de baixo carbono.

São muitas as perguntas e estão abertas as possibilidades para que grupos da sociedade civil possam contribuir para o aprimoramento e, se desejarem, para receber apoio do Fundo Clima. O debate está aberto, e a representação de ONGs no Comitê Gestor está engajada no diálogo.

Qual o volume de recursos necessário para que o Brasil possa, gradativamente, ter atividades econômicas e sociais compatíveis com suas metas, voluntárias ainda, de emissões? Quais os investimentos prioritários para reduzir riscos dos efeitos das mudanças climáticas, sobretudo ampliando a capacidade de adaptação a esses efeitos nas regiões e comunidades mais vulneráveis? Como fortalecer a capacidade da sociedade de formular, apresentar e gerir propostas a serem apoiadas por esse Fundo?

De que servirá um fundo que aplique algumas centenas de milhões de reais em projetos meritórios e úteis, se bilhões de reais continuarem a fluir para iniciativas que nada tem de sustentáveis e de uma economia de baixo carbono? Será que o Fundo Clima pode se tornar uma referência de critérios e procedimentos de investimentos públicos, inclusive em iniciativas de cunho empresarial, de tal modo que tantos outros fundos, recursos orçamentários e instrumentos financeiros nos três níveis de governo sejam mais consistentes com as necessidades de lidar com medidas de mitigação e de adaptação às mudanças do clima? Será que o próprio BNDES, além de Banco do Brasil, bancos regionais e os fundos constitucionais deixarão de investir em atividades e empreendimentos, que no curto, médio e longo prazo não são consistentes com um país de baixa intensidade de produção de gases de efeito estufa?

Texto de Rubens Born, representante do FBOMS no Comitê Gestor do Fundo Clima

Fundo Amazônia: desafios e perspectivas

O Fundo Amazônia é um mecanismo para a arrecadação de recursos para a aplicação em projetos de conservação e redução de desmatamentos, gerido pelo BNDES. A forma de utilização e o controle social sobre os recursos do Fundo Amazônia são grandes desafios para as organizações da sociedade civil

A criação do Fundo foi uma conquista para a sociedade civil, e pode se constituir em mais uma forma de apoio às iniciativas de entidades não-governamentais. Porém, o acesso aos recursos é difícil: a burocracia exigida é excessiva, e a tramitação e aprovação das propostas é um processo demorado e complexo. Sugestões para aperfeiçoar o processo seletivo já foram apresentadas pela representação do FBOMS, mas sua implementação também é lenta, afastando boa parte do público alvo do Fundo (organizações locais e comunidades tradicionais).

Para que os recursos possam de fato reverter-se em desenvolvimento social e ambiental na Amazônia, é preciso que haja articulação entre as entidades e movimentos sociais para cobrar transparência e agilidade do BNDES na gestão do Fundo. As proposições têm sido formuladas a partir de eventos presenciais, e o acompanhamento pode ser feito através do site www.deolhonofundoamazonia.ning.org/

Texto de Adriana Ramos (Instituto Socioambiental)

CASA - CENTRO DE APOIO SOCIOAMBIENTAL

O CASA é uma organização sediada no Brasil e que atua em toda a América do Sul. Mobiliza recursos dentro e fora do país para apoiar iniciativas da sociedade civil capazes de construir grandes mudanças e amplificar suas ações. São idéias e projetos de pequeno porte e grande impacto, mas muitas vezes invisíveis aos olhos da sociedade.

Surgiu da experiência e visão de um grupo de lideranças da área socioambiental brasileira que percebeu a grande oportunidade que pequenas doações poderiam gerar para comunidades e organizações das regiões mais remotas da América do Sul. Investe em grupos de base para fortalecer a sociedade como um todo, trabalhando nos mais variados temas que se entrelaçam com as questões socioambientais.

Um novo ciclo se apresenta onde o consumo de bens nunca foi tão grande e as cidades se enchem cada vez mais de automóveis, edifícios e eletroeletrônicos. Celulares e computadores estão presentes mesmo nas áreas distantes e isoladas do país – um progresso que anima políticos e empresários e até a população, iludida com tantas luzes e modernidades.

Um outro olhar pode identificar nesse panorama de euforia o lado obscuro desse modelo de desenvolvimento. Nunca os rios estiveram tão ameaçados por barragens, hidrelétricas, poluição e atividades predatórias. Nunca as florestas foram tão devastadas por desmatamento, exploração ilegal dos recursos naturais, esgotamento da flora e da fauna. Nunca as cidades estiveram tão inchadas e degradadas pela ocupação irracional, pela poluição do ar, pela carência nas condições de vida de uma população que foi expulsa do campo e busca sobreviver num cenário de violência, desemprego, insalubridade.

Dentro desse contexto, o CASA continua buscando parceiros conscientes de todo o mundo, para se juntar no esforço de transformar essa triste realidade, buscando envolver instituições de investimento social privado brasileiras, no conceito das pequenas doações que trazem grandes transformações.

Para saber mais acesse: www.casa.org.br | www.facebook.com/pages/CASAORGBR